



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**ATA N.º 11/2025**  
**do Conselho Académico**  
**da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

Ao décimo nono dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas e oito minutos, teve lugar, na Sala de Arbitragem 2 da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a reunião do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade e Presidente do órgão, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

Contou com a presença de:

**Membros Docentes**

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Prof. Doutor José Ferreira Gomes

Prof. Doutor Miguel Patrício

Prof. Doutor Jaime Valle

Dr. Gonçalo Carrilho

**Membros Discentes**

Pedro Carneiro

Madalena Carreiro

**Membros não Docentes**

Dra. Licínia Santos

Dr. João Cardoso

Participou, igualmente, nos termos regimentais e estatutários, o Diretor Executivo, Dr. Bertolino Campaniço e ainda a Presidente da AAFDL, Joana Ventinhas.



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Os discentes Dr. Cláudio Cardona, Jumar Mendes e Vicente Cruzeiro, não podendo estar presentes, justificaram previamente a sua ausência.

A Ordem de Trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Análise da Proposta da Reforma Orgânica.

### 1. Análise da Proposta da Reforma Orgânica

O Senhor Diretor iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e realçando a importância da aprovação da reforma. De imediato, passou a palavra ao Senhor Diretor Executivo que recuperou e resumiu as informações que foram apresentadas ao Conselho nas últimas reuniões em que o assunto foi debatido.

O Senhor Diretor sublinhou a necessidade de se fazer uma transição suave entre o *outsourcing* da manutenção e a criação de uma área coordenada por um funcionário afeto à manutenção. Recordou ainda a proposta dos estudantes para a contratação de psicólogos dando nota que não seria criada uma área nova, sendo os futuros funcionários incorporados ao Gabinete de Responsabilidade Social.

O Prof. Doutor Jaime Valle disse que era uma reforma necessária uma vez que a estrutura orgânica atual já não era adequada aos tempos atuais. Por outro lado, referiu que havia pessoas que desempenhavam funções, mas que estavam acima do seu conteúdo funcional e que com a assunção de coordenações deveriam subir na carreira, pelo que estava absolutamente de acordo com a necessidade da reforma orgânica com linhas gerais de valorização de novas atividades. Em tempo, saudou o Senhor Diretor, o Senhor Diretor Executivo e os técnicos que estiverem na base da proposta. Em seguida, solicitou que fosse apresentado o conteúdo funcional das áreas/núcleos criadas e a calendarização da proposta. Recordou ainda o artigo 80.º, n.º 2 dos Estatutos da Faculdade dando nota que a aprovação da reforma exigiria uma alteração estatutária. Por último, perguntou se havia um coordenador afeto ao Gabinete de Relações Internacionais (GRI) sugerindo ainda que o Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais passe a ser denominado apenas “Gabinete Erasmus” e que a coordenação fosse suprimida em caso de não utilização. O Senhor Diretor



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Executivo respondeu que só estaria em condições de apresentar um calendário após a aprovação da proposta, confirmou que não havia um coordenador designado para o GRI e defendeu a manutenção da estrutura tal como estava. O Senhor Diretor respondeu ainda que a votação seria para enviar a proposta à consulta pública e, integradas as pronúncias, trazer novamente a matéria ao Conselho. Por último, disse que seria solicitado ao Conselho de Escola a alteração pontual dos Estatutos.

O Prof. José Ferreira Gomes respondeu que, por razões históricas, se deveria manter a identidade do Gabinete Erasmus e sugeriu a fusão das unidades administrativas técnico científicas que compõe o GRI, seguindo-se um debate com intervenções do Senhor Diretor, do Prof. Doutor Jaime Vale, do Dr. Gonçalo Carrilho e da Dra. Licínia Santos.

O Prof. Doutor Miguel Patrício solicitou o cronograma da proposta para que se pudesse aferir as prioridades, uma vez que o documento não informava quais seriam. Pediu que fosse anexado à proposta o conteúdo funcional das áreas que seriam criadas, especialmente da área de apoio aos órgãos de gestão. Por último, solicitou informações sobre as vantagens que Faculdade ganharia com a substituição do *outsourcing* pelo modelo proposto, sobretudo quanto aos custos financeiros.

O Senhor Diretor reforçou a necessidade estratégica de um engenheiro que possa gerir a manutenção e coordenar o *outsourcing* de forma a fazer uma passagem de pasta, uma vez que os atuais engenheiros trabalham há muitos anos na Faculdade e têm um *know-how* único.

O Dr. Gonçalo Carrilho perguntou se o núcleo de qualidade tinha que ver com a política de qualidade, tendo o Senhor Diretor Executivo respondido que sim, recordando a existência de um regulamento e sublinhando a necessidade de um funcionário para executá-lo.

A Dra. Licínia Santos começou por referir que desde a última reunião, ficara acordado que o Dr. Bertolino Campaniço faria um ajuste aos núcleos da Biblioteca e do Serviço Académico que estavam fora da proposta inicial. O Senhor Diretor Executivo respondeu que fez o ajuste e enviou o documento corrigido. A Dra. Licínia Santos reforçou a necessidade de se igualar todos os núcleos a núcleos de 3.º grau



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

para que não houvesse diferenciação entre núcleos de 3.º e 4.º grau, devendo haver uma igualdade entre todos os núcleos. Por último, disse que era importante que os conteúdos funcionais fossem densificados antes da proposta seguir ao Conselho de Escola.

O Prof. Doutor José Ferreira Gomes felicitou o Senhor Diretor e o Senhor Diretor Executivo pela iniciativa dando nota que a reforma era fundamental para a projeção da Escola. Em seguida, disse que mais do que o conteúdo funcional era preciso ter objetivos retirados da missão da Escola e que os objetivos citados na proposta seriam passos para se chegar aonde se queria chegar. Disse que a fundamentação também deveria ser em função da missão e não da estrutura orgânica de outras faculdades, tendo o Senhor Diretor respondido que a missão da Escola era a qualidade do ensino. Referiu que tinha consciência que a Faculdade não poderia esperar, mas que era preciso ter humildade para rever o plano em função de como se trabalha tendo em conta a revolução com a inteligência artificial. Nesse sentido, sugeriu a contratação de uma empresa que pudesse auxiliar a Faculdade nesta matéria. O Senhor Diretor respondeu que concordava com muitas considerações, mas era preciso ser crítico com uso da IA. O Prof. Doutor José Ferreira Gomes, quanto à fala do Senhor Diretor da necessidade de aumentar fontes de receita, disse que a investigação deveria ser um fim em si mesmo não para ser fonte de receita, por ser uma das missões fundamentais da Faculdade e que as pós-graduações dos Centros são formações e não investigações. Quanto ao financiamento da investigação, referiu que a Faculdade poderia ajudar a ultrapassar a carga burocrática da procura de financiamento de investigação. O Senhor Diretor respondeu que por lei os Centros fazem investigação aplicada e que estes ocupam muitos espaços da Faculdade, produzem a sua própria receita e somados são mais ricos que a Faculdade, tendo por lei uma política autónoma, fazendo seus próprios projetos de investigação, tendo um apoio significativo da Escola através do que a Faculdade deixa de cobrar aos Centros, dos apoios diretos e da utilização da marca da FDUL. Referiu ainda a excelência dos Centros da Faculdade e que procuraria uma melhor articulação no sentido de apoiar melhor apoiá-los. O Prof. Doutor José Ferreira Gomes perguntou quem ficaria



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

responsável pela limpeza, tendo o Senhor Diretor Executivo respondido que na nova orgânica seria a manutenção. Sobre o financiamento da reforma orgânica, perguntou se temos receita para cobrir a despesa e como poderíamos ultrapassar o limite dos 3% de aumento da despesa. O Senhor Diretor respondeu que havia prioridades, nomeadamente contratar novos professores e funcionários, tendo o Prof. Doutor José Ferreira Gomes sugerido que fosse pedido um aumento da despesa à tutela. Disse ainda que quando se diminuiu as propinas dos estudantes internacionais perderam-se 200.000€ anuais que poderiam financiar a reforma orgânica. Disse ainda que a diminuição em 50% era ilegal uma vez que a lei determinava que a propina de um estudante internacional poderia ser inferior ao custo real, independente das opções políticas de cada um e que este era um ponto grave a se resolver. O Senhor Diretor respondeu que não interpretava a lei da mesma maneira, como já havia expressado e que esse assunto já era passado, esperando propor uma nova redução em breve que não permitisse outra interpretação. Além disso, sobre este tema, como tem repetidamente referido, a diminuição da propina dos estudantes internacionais que frequentavam a FDUL ainda assim pagavam o dobro dos nacionais pelo mesmo serviço de ensino e estavam deslocados, fora uma das medidas mais significativas e emblemáticas sobre o que era e significava a FDUL no acesso ao ensino jurídico universitário em Portugal. Salientou que a Constituição era clara ao não permitir que uma pessoa, por ser estrangeira, pagasse mais por um serviço igual prestado a um nacional. Referiu, ainda, que a Faculdade tem tido danos reputacionais injustos, mas que nesta matéria fora bem falada em todos os órgãos de comunicação social e que procurou - em virtude da diminuição de receita que isso implicava - outros meios de financiamento para cobrir essa perda. Como resulta do Relatório de Contas, conseguiu quase o dobro da receita sustentável perdida, de forma a não permitir o argumento, sem fundamento, de que os portugueses estariam a ser lesados em virtude dessa medida justa, adequada e oportuna. Foi isso que se conseguiu.

O Dr. Gonçalo Carrilho disse não ter dúvidas de que a reforma era necessária, tendo em conta as graves dificuldades de resposta dos serviços da Faculdade. Sendo a



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

reforma necessária, notou que a oportunidade deveria ser aproveitada, o que pressupõe um diagnóstico rigoroso, para identificar as falhas objetivas e subjetivas no serviço. Salientou os desafios das novas dinâmicas da IA, que permitiriam aliviar diversas tarefas burocráticas assumidas por RH, mas salientou a incapacidade de a Faculdade analisar e prospetivar essa realidade sem o apoio de uma consultora ou, por ex., dos colegas do Instituto Superior Técnico. Secundou a Dra. Licínia Santos na necessidade de se rever as incoerências dos cargos de direção, defendendo uma leitura horizontal e vertical da reforma. Por último, referiu que a Faculdade deveria estar preparada para situações em que a instabilidade política se traduza em alterações abruptas do financiamento do ensino superior. O Senhor Diretor respondeu dizendo que a Faculdade deveria saber correr riscos calculados, procurando os meios para fazer uma almofada financeira que permita paulatinamente fazer as reformas. Daí o cronograma com a receita e a despesa futura, em caso de instabilidade política e financeira, acautelar a situação Além do mais a FDUL tem feito, em todos os seus mandatos, poupanças anuais de cerca de um milhão de euros (conta a prazo). Por isso, disse que o problema colocado estava cautelado tanto, quando podia estar.

O estudante Pedro Carneiro perguntou qual documento seria votado uma vez que havia divergências nos documentos, tendo o Senhor Diretor Executivo esclarecido que seria a proposta com as alterações sugeridas pela Dra. Licínia. Em seguida, perguntou qual documento seria enviado para consulta pública uma vez que não fora enviado nenhum projeto de regulamento das unidades administrativas de gestão. O Senhor Diretor Executivo respondeu que após a aprovação das linhas gerais da reforma, as alterações ao regulamento seriam enviadas aos membros do Conselho junto com a densificação dos conteúdos funcionais. Posteriormente a proposta de regulamento seria enviada para consulta pública. O estudante Pedro Carneiro replicou que não fazia sentido aprovar a alteração do organograma sem alterar o mapa de pessoal, pois seria ele o responsável por dar corpo à reforma. Perguntou se a contratação de um psicólogo, conforme aprovado pelo Conselho em fevereiro, já estaria no mapa de pessoa, tendo o Diretor Executivo confirmado. Em



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

seguida reforçou a importância da calendarização de implementação da proposta referindo que o Senhor Diretor havia dito no início da reunião que a calendarização seria enviada posteriormente, mas que do documento constava que a calendarização seria enviada antes da votação final no Concelho, o que seria importante que tivesse acontecido. O Senhor Diretor respondeu que em razão de se ter que avançar na reforma orgânica, enviar-se-ia a proposta atual para consulta pública e, posteriormente, a Direção apresentaria um documento com prioridades, com a cronologia da reforma e ainda uma projeção de despesa e de receita por etapas da reforma. Disse ainda que o seu objetivo era aprovar uma primeira versão do documento que pudesse ser enviada para consulta pública e que posteriormente volte ao Conselho para a elaboração de uma versão consolidada e aprovação final. O estudante Pedro replicou que o documento que seria votado era apenas um esquema, não havendo uma proposta concreta de alteração do regulamento. O Prof. Doutor Jaime Valle sugeriu que o Diretor Executivo apresentasse uma proposta de regulamento para que fosse aprovado na reunião seguinte. O Prof. Doutor José Ferreira Gomes disse que estávamos em condições de votar o documento. O Senhor Diretor disse que seria votado o documento apresentado pelo Diretor Executivo com as linhas essenciais da reforma. A seguir seriam apresentados os documentos complementares com os conteúdos funcionais e a indicação de prioridades. A terceira fase seria o envio para o Conselho de Escola.

A Presidente da AAFDL, chamou a atenção para o aumento dos gastos da AAFDL com a ação social e com o gabinete do apoio psicológico cobrando uma maior participação da Faculdade nestas funções. Em seguida reforçou a urgência da contratação de uma psicóloga para os quadros da Faculdade e, por último, cobrou um maior investimento da Faculdade para colmatar as falhas da saída profissionais. O Prof. Doutor Ferreira Gomes, enquanto Vice-Presidente do Gabinete de Saídas Profissionais, respondeu que explicaria as medidas que estavam sendo tomadas pelo gabinete, solicitando o *feedback* da AAFDL.

Passando à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade com as alterações sugeridas em reunião.

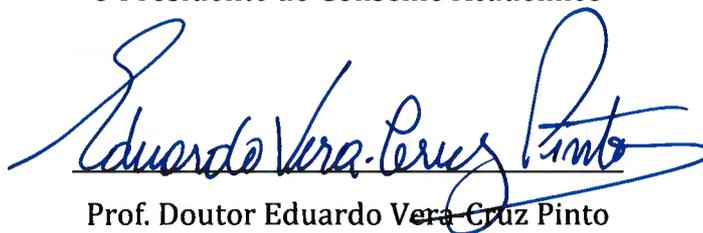


FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Prof. Doutor Jaime Vale solicitou o documento com a análise do cumprimento da carga horária, tendo o Senhor Diretor respondido que havia solicitado aos Grupos Científicos. O Prof. Doutor Jaime Valle solicitou que os documentos fossem enviados ao Conselho Académico, tendo o Senhor Diretor concordado.

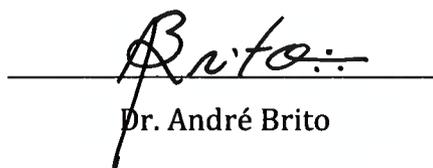
A reunião foi encerrada às treze horas e treze minutos.

O Presidente do Conselho Académico



Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

O Secretário



Dr. André Brito